

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.12022017209-218>

## A GUERRA SEGUNDO AS MULHERES: POR UMA VISÃO FEMINISTA E PÓS-COLONIAL DOS RELATOS DE GUERRA EM ANGOLA\*

Simone Pereira Schmidt\*\*

**Resumo:** Tomando como referência O livro da paz da mulher angolana, organizado por Dya Kasembe e Paulina Chiziane, onde se reúnem testemunhos de mulheres sobre as guerras ocorridas em Angola desde os anos 60 até o início dos anos 2000, o artigo busca discutir o que significa uma poética da memória, aqui marcada por processos de desestabilização de identidades de gênero, sinalizando também a transposição de fronteiras subjetivas e a construção de novas paisagens políticas.

**Palavras-Chave:** Guerra. Mulheres. Testemunho. Memória. Angola.

Este texto inicia lembrando um conto de Ana Paula Tavares. O conto se chama “Em Durban, o soldado”, e fala de guerra e de memória. O momento mais marcante da narrativa relata o encontro entre a narradora e um ex-soldado sul-africano, que combateu contra os angolanos nos primeiros anos daquela que seria possivelmente uma das mais violentas guerras civis de que temos notícia:

Assim, o soldado que me disse “Angola? Andei lá a combater contra vocês e contra a Swapo e, quando fecho os olhos, elas, as crianças, chegam em silêncio e velam para que não durma, nunca mais durma”. A dor inscreveu-se na sua cara de anjo velho e, mesmo quando lhe ofereci o colo e palavras doces, Huambo, Kuito, Cova do Leão, Fim do Mundo, abriram todas as cicatrizes e um rio de sangue correu pelo mercado, em Durban, de manhã cedo. (TAVARES, 2004, p. 140).

Falar de Angola é ainda falar de guerra, apesar dos mais de dez anos passados desde a celebração da paz. E mesmo quando se fala na paz, está-se ainda irremediavelmente a evocar a guerra. Por isso o tema deste texto salta sobre nós, quando nos dedicamos a examinar a literatura angolana contemporânea, especialmente na perspectiva pós-colonial. Um país atravessado pela guerra ingressa no mundo global contemporâneo a acertar contas com suas feridas do passado recente. Um rio de sangue ainda corre na memória de todos os que lá viveram, desde a luta de libertação, até 2002, quando enfim cessaram os combates que por intermináveis anos impediram o país de consolidar em paz a sua independência.

Qual o lugar das mulheres nos conflitos que varreram o país? Que papéis ocuparam? O que sofreram? É possível abordar de muitos modos a participação das mulheres na

---

\* Este artigo foi anteriormente publicado no livro *Pós-colonial e pós-colonialismo: propriedades e apropriações de sentido*, organizado por Flavio Garcia e Inocência Mata (Rio de Janeiro: Dialogarts, 2016).

\*\* Doutora em Teoria Literária (PUCRS). Professora Associada da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: simonepschmidt@gmail.com

construção dos estados pós-coloniais na África, bem como no enfrentamento de seus dramáticos impasses. Ao discutir a globalização a partir de uma perspectiva feminista, Sandra Almeida (2008) identifica, nas novas diásporas que caracterizam nosso tempo, a centralidade da questão de gênero. A autora cita a pensadora indiana Gayatri Spivak, para quem, “se o sujeito colonial era marcadamente um sujeito de classe, e se o sujeito do pós-colonialismo é um sujeito racializado, então o sujeito da globalização é necessariamente gendrado” (*apud* ALMEIDA, 2008, p. 12).

Incluir nos trânsitos globais contemporâneos as mulheres que tomaram parte dos conflitos armados (ou que sofreram suas conseqüências) em países africanos como Angola, Moçambique e Guiné Bissau, implica desconstruir alguns pressupostos orientalistas que ainda dominam nosso pensamento no Ocidente. É comum entendermos a África como um lugar onde a história moderna mal começou, e onde possivelmente a pós-modernidade jamais chegue. Assim, discutir os processos pelos quais os países africanos enfrentam os dilemas da globalização, e particularmente focar os novos sujeitos que circulam dentro do cenário pós-colonial neste contexto, parece, para os intelectuais do Ocidente, discutir “ideias fora de lugar”.

Para desconstruir essa visão orientalista, é preciso, em primeiro lugar, compreender que os países africanos são parte de um processo de globalização que se estende a todos os lugares do planeta, ampliando constantemente sua rede, e colocando em contato – embora de maneira desigual – bens de consumo, idéias, culturas e pessoas. Sabemos que desde o colonialismo se estabeleceram conexões entre Europa, África e Américas, que transbordam para muito além da traumática experiência da escravidão. Sobre tal processo e as fecundas conseqüências culturais e políticas desse longo percurso de trocas e partilhas, fomos amplamente informados por autores como Paul Gilroy (2001), para citar apenas um dos importantes autores que abordaram o tema. Assim, se podemos afirmar que a África integrou a cultura global desde o início do período que costumamos entender como modernidade, podemos ainda concordar com as observações de Marcelo Brandão Mattos (2013), que encontra na contemporaneidade a expressão maior da participação dos países africanos nos trânsitos globais. Segundo esse autor, a “informação multicultural e plurilíngüe” que caracteriza nossa época, e as relações econômicas assentadas sobre o neoliberalismo e suas práticas neocoloniais atuam sobre os sujeitos angolanos no sentido de acentuar em sua identidade as marcas de influências vindas de fora. Ainda segundo Mattos, há, nesse novo trânsito, “um curioso paradoxo”:

Se, por um lado, pode-se falar em uma “perda” de valores tradicionais angolanos ou africanos, num perverso jogo neocolonial à distância, por outro, dá-se (ou devolve-se) ao angolano o sentido de pertencimento à cultura mundial, parte que lhe cabe no imenso latifúndio global (MATTOS, 2013, p.41-42).

É nesse sentido – o da inserção das mulheres africanas num contexto global, onde as autoras contemporâneas se fazem presentes através de suas práticas de escrita e de relatos de memórias – que desejo compreender seu testemunho a respeito dos conflitos que viveram, particularmente da guerra e das diásporas por ela provocadas. Raptos, violações, urgentes e constantes fugas, os filhos às costas, as casas abandonadas às pressas, o medo, a morte, a maternidade. Partos em meio aos tiros, filhos mortos, perdidos

ou abandonados, solidão, os homens ausentes. A solidariedade entre as mulheres, as parteiras, as mães emprestadas aos órfãos, a invenção de novas comunidades e novos lares em lugares desconhecidos. A travessia da mata, a perda do lugar de origem, a destruição das famílias, os longos deslocamentos, o abandono da aldeia, o inchaço das cidades. Os mortos pelas ruas, a fome, a busca de abrigo. Tudo isso nos relatam as escritoras africanas, construindo uma verdadeira *poética da memória*, para usar aqui as palavras que Lucia Helena Vianna (2003) emprega quando se refere à produção literária recente de autoria feminina no Brasil.

No contexto africano de língua portuguesa, quero destacar, como trabalhos marcantes e fortemente representativos dessa poética de testemunho e de resistência, onde se imprime o horror à barbárie vivida, mas também a força dos sobreviventes, os livros da moçambicana Paulina Chiziane, particularmente o romance *Ventos do apocalipse* (1999), os cantopoesmas de *No fundo do canto* (2007) de Odete Semedo, da Guiné Bissau, e ainda os poemas das angolanas Paula Tavares e Maria Alexandre Daskalos (em especial nos livros *Dizes-me coisas amargas como os frutos*, de Paula Tavares, 2001, e *Jardim das delícias*, de Maria Alexandre Daskalos, 2003).

Ao buscar reconstituir a construção de uma poética da memória recente pelas autoras africanas, a partir da leitura de alguns relatos narrativos, podemos compreendê-la, a partir da concepção benjaminiana, como uma memória tecida sem que se distingam os “grandes” ou “os insignificantes” eventos, pois “nada daquilo que alguma vez aconteceu deve ser considerado como perdido para a história” (BENJAMIN, 1992, p. 158). Trata-se, pois, de uma memória que presentifica aquilo que foi dado como perdido ou terminado, sucessão de imagens que lançam clarões sobre o que não se viu (BENJAMIN, 1992, p. 159), dentro de uma percepção de tempo e espaço saturados de “agoras” (BENJAMIN, 1992, p. 166).

Essa poética da memória é realizada no plural, a partir de um ponto de vista feminino, e pode ser compreendida como uma construção simultaneamente subjetiva e histórica, privada e pública, ponto de intersecção entre experiências íntimas e sociais. Pois assim são os relatos de memória e os testemunhos: mapas de memórias de indivíduos e de povos, de sujeitos e de comunidades. O trabalho da memória, entretanto, opera não apenas no sentido de fazer falar as vítimas do colonialismo e das guerras civis, mas também no de perceber as outras histórias, aquelas potencialmente vivas nas experiências colonial e pós-colonial, histórias de sobrevivência, de criação e de resistência. Assim, além da contribuição teórica de Walter Benjamin em suas reflexões sobre a história e a memória, quando nos lembra da tarefa de ‘escavação’ que constitui o ato de rememorar, em busca da ‘salvação’ do que ficou perdido, busco me beneficiar também das reflexões de Edward Said, quando propõe a continuidade de seu trabalho, após o impacto provocado pela publicação de *Orientalismo*:

O que deixei de fora em *Orientalismo* foi a reação ao domínio ocidental que culminou no grande movimento de descolonização em todo o Terceiro Mundo. (...) o contato imperial nunca consistiu na relação entre um ativo intruso ocidental contra um nativo não ocidental inerte ou passivo; sempre houve algum tipo de resistência ativa e, na

maioria esmagadora dos casos, essa resistência acabou preponderando” (SAID, 1995, p. 12).

Podemos assim pensar nos relatos que serão aqui estudados como estratégias de representação, construindo respostas contra o silenciamento imposto aos subalternos. Ao propor uma representação no sentido inverso ao da colonialidade do poder, as autoras reivindicam também de seus leitores uma prática de leitura descolonial.

O sentido que confiro ao ‘descolonial’ é aquele formulado por autores como Walter Dignolo, ou seja, aquele que convoca os subalternos a “pensar a partir das línguas e das categorias de pensamento não incluídas nos fundamentos dos pensamentos ocidentais”. Em outras palavras, a opção descolonial significa “aprender a desaprender (...), já que nossos (...) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/ colonial” (MIGNOLO, 2008, p. 290). Essa razão colonial, ancorada nos princípios do racismo e do patriarcado, forjou o pensamento estruturador das ideias de modernidade e civilização na história da dominação ocidental sobre o resto do planeta.

Assim, na contracorrente do pensamento dominante ocidental, que ainda hoje vê os africanos como outros, exóticos, vitimizados, subalternos sem voz, proponho a leitura de alguns relatos de memória recente das diásporas causadas pela guerra. Como objeto de minha leitura, dedicada à memória de mulheres sobre a guerra, e suas estratégias de rememoração e registro da experiência vivida, dedico-me a discutir *O livro da paz da mulher da mulher angolana*, lançado em 2008, por iniciativa da ONG *Ajuda Popular da Noruega*.

Fruto de um elaborado processo de construção coletiva, através de oficinas e vários encontros, e organizado em sua forma final por Dya Kasembe e Paulina Chiziane, ele se constitui numa série de depoimentos de 89 mulheres, relatando sua experiência, atravessada pela guerra. O ponto de partida foi, como se pode depreender dos relatos e da própria forma como se estrutura o livro, perguntar às autoras o que significa para elas a paz. Suas respostas, como não poderiam deixar de ser, retornam sempre para a guerra. Pois como afirma Helena Zefanias, que apresenta o trabalho em nome da APN na introdução do livro, “Estas mulheres precisavam falar das guerras para poderem dar sentido à paz” (KASEMBE e CHIZIANE, 2008, p. 15). Dessa imperiosa necessidade surge o testemunho das mulheres, de diversas regiões de Angola - Bié, Cabinda, Huíla, Kwanza Sul, Luanda e Malanje – com idades que variam dos 14 aos 85 anos. São chamadas, no subtítulo do livro, de ‘heroínas sem nome’, certamente pelo teor de seus relatos, e também pelo intuito político da iniciativa que dá origem ao livro. Heroínas, com certeza, por apontarem em seus relatos, com grande simplicidade, as profundas implicações éticas de seu testemunho.

Os estudiosos do testemunho têm se preocupado em afirmar que o relato do trauma constitui um gênero de fronteira entre a estética e a ética (SELIGMANN-SILVA, 2003). Narrar passa a ser um imperativo, uma necessidade subjetiva de sobrevivência e um compromisso com os outros. Compromisso político com o relato de uma experiência que precisa ser contada como ato de resistência contrário à morte: conta-se para não morrer de dor recalcada, conta-se para sobreviver à dor insuportável e, paradoxalmente, para que a dor vivida não morra, pois, ao ser de novo enunciada/lembrada, evita-se que ela se

reinstaura como violência que possa outra vez se abater sobre suas vítimas. A intensidade dessa violência, bem como a imperiosa necessidade de narrá-la, estão impressas em muitos dos depoimentos que encontramos no livro:

A guerra fez sofrer muita gente, destruiu famílias... naquela altura tinha de se fugir à guerra com as trouxas na cabeça, se esconder tipo bicho na mata, é por causa da guerra que primeiro o meu pai morreu na tropa e depois a minha mãe (KASEMBE e CHIZIANE, 2008, p. 43).

(...) Ficávamos muitos dias escondidos nos capins. Quando os movimentos de guerra abrandavam, nós as mães, corríamos para as lavras para conseguir algum alimento. Foi nessas ocasiões que muitas mulheres perdiam a vida, eram raptadas ou pisavam minas. (...) Aquilo já não era inimigo, era demais, era só matar. Matar tudo sem deixar nada, tudo o que respira mata. Às vezes abria a porta da casa e encontrava pessoas mortas no meu quintal (...) a vida era só fugir mesmo (KASEMBE e CHIZIANE, 2008, p.60).

Vale lembrar que o testemunho, sendo um compromisso do sujeito que narra consigo mesmo e com a comunidade implicada em seu relato, é também compromisso com o passado, já que o silêncio em relação ao vivido provoca mais uma vez a morte das vítimas (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 78). Tais idéias nos remetem ainda uma vez a Walter Benjamin, mais precisamente às suas considerações acerca da “salvação do passado” como uma das tarefas do historiador materialista. Cabe aqui lembrar suas palavras:

Em cada época é preciso tentar arrancar mais uma vez a tradição ao conformismo que quer apoderar-se dela. (...) O dom de atirar através do passado a chama da esperança pertence apenas ao historiógrafo perfeitamente convencido que diante do inimigo, e no caso deste vencer, nem sequer os mortos, estarão em segurança. E este inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1992, p. 160).

No caso das autoras aqui abordadas, o passado que se converte em matéria de testemunho se mostra principalmente nos relatos sobre a guerra e seus traumáticos movimentos diaspóricos, que representam perdas efetivas, dolorosamente concretas e vivamente lembradas, quando as mulheres são convocadas à reflexão sobre o significado da paz. Vejamos alguns trechos que confirmam tais observações:

Quando a nova guerra começou, durante o período da guerra, várias vezes tive que fugir de casa com os filhos às costas, arrastando toda a família, como faziam todas as mulheres da minha zona (KASEMBE e CHIZIANE, 2008, p. 48).

Mulher na mata a combater, nós eram muitas. A gente lutou mesmo ao lado do homem, nós viu, às vezes a mulher tem mais coragem que homem. Quando os portugueses ficar zangado, o homem mesmo te foge, te abandona; e você tem que se defender, mesmo com uma arma, com filho nas costas e outro agarrado na calça da tua farda (KASEMBE e CHIZIANE, 2008, p. 34-35).

Um dia fugi com o meu bebê nas costas. Caí numa cova e o meu bebê magoado chorou. Nesse momento todos se afastaram e fugiram de mim, cada um para o seu lado. Choro de bebê era como uma bomba. Podia-se morrer mesmo por causa disso. Logo a seguir tapei a

boca do meu bebê com um pano só para ele não chorar, até o perigo passar (KASEMBE e CHIZIANE, 2008, p. 59).

Nos relatos vemos acentuar-se o processo de desumanização provocado pela guerra. A falta de solidariedade, o medo e a solidão vão lançando os sujeitos numa espécie de condição não-humana – e particularmente as mulheres, presas aos papéis que desempenham dentro da família, mesmo quando tudo desaba e sua casa deixa de existir, no mais concreto dos sentidos. Percebe-se bem este movimento no relato a seguir, em que o corpo da narradora, literalmente despido, de roupas e de humanidade, é o único bem que lhe resta:

Noutro dia eu estava a vestir, quando abriram a minha porta. Só tive tempo de apanhar o lençol, amarrar o bebê e fugir. Fui assim mesmo, natural. Só no dia seguinte de manhã, todos viram que estava nua. Até homens. Eu também descobri aí mesmo e era vergonha, já. Quando a guerra chega, você fica maluca. O espírito sai e só fica com carne. Você faz coisas tipo já não é pessoa. Vira animal, já (KASEMBE e CHIZIANE, 2008, p. 62).

Considerando esse ato de violação simbólica ao corpo da mulher – tantas vezes violado de fato durante as guerras – ocorre-me pensar no significado do corpo para a narrativa do testemunho. No caso do testemunho latino-americano, que tão bem conhecemos, era fundamental que existisse o corpo do desaparecido, que se reivindicassem esses corpos (como até hoje os reivindicamos), porque eles eram e são a prova concreta da barbárie praticada pelos regimes autoritários, os documentos que registram a história, para além de significarem a materialidade (simbólica) daqueles seres que amamos e cuja ausência nos deixa órfãos de simbolização, carentes de ritos para verbalizar nosso luto e dar vazão ao nosso pranto reprimido. Tudo isso me faz considerar que o corpo é o primeiro lugar onde o trauma se vivencia, mas é também o primeiro lugar onde se inscreve o registro da memória e da resistência. E me leva também a indagar se o/a subalterno/a, aquele cuja voz é inacessível e intraduzível sem que o/a intelectual pós-colonial “desaprenda” o seu privilégio (SPIVAK, 2010), não seria ele também um desaparecido, alguém que, tendo seu corpo e sua memória subtraídos para si e para os outros, por necessidade de sobrevivência forçosamente aprenderia, na experiência mesma da subalternidade e da invisibilidade, a fazer da memória um trabalho ativo contra a morte e o esquecimento, como prática de resistência descolonial. É esse, possivelmente, o caso das mulheres que narram sua experiência em *O Livro da paz da mulher angolana*. O desejo enunciado pelas autoras-narradoras é o de compartilhar seu aprendizado através da dor vivenciada em - e por - todos os seus sentidos. Seu intento é deixar o registro do sofrimento vivido, é dar testemunho de cada momento lembrado, como memória viva do passado, para salvar os mortos e para curar o futuro:

(...) No tempo de guerra ninguém falava amanhã. Só falávamos agora. Amanhã é longe, você pode não ver mais. Dizer às crianças, amanhã, quando você crescer? Nada, não falávamos. Falávamos, fica aqui perto, agora, não brinca longe, não brinca mal. Se te raptarem, vou saber logo. Se te matarem, vou te enterrar logo, já. Se te matarem longe, não vou saber onde te procurar. Amanhã? Isso era coisa de Deus, só (KASEMBE e CHIZIANE, 2008, p. 62).

Estou feliz por saber que nunca mais vou marchar naquelas matas, por destinos desconhecidos; nunca mais vou ouvir estrondos de bombas nem de granadas. Nunca mais ver gente morta ao relento. Nunca mais vou ficar longe da minha família, nunca mais... (KASEMBE e CHIZIANE, 2008, p. 38).

Mas além do testemunho dos traumas vividos na guerra, essas mulheres relatam também a emergência de uma nova consciência sobre suas próprias vidas. Ao definir o que pensam e desejam sobre a paz, enunciam um profundo e transformador entendimento do que viveram. Essa nova compreensão lhes descortina outro modo de enxergar seu lugar no mundo. Num caminho sem volta, as autoras do livro não são mais as mesmas que viveram as experiências que relatam:

Pode até haver paz no país e em todo lado, mas haver guerra dentro da gente. A minha maior guerra foi pela realização do meu sonho: eu só queria aprender a ler e a escrever. A tradição me negou essa oportunidade por ser mulher. O regime negou-me por ser preta. A minha mãe lutou à sua maneira para me ajudar e por isso muito cedo comecei a vida de criada, com promessas de poder ir à escola em troca de serviços. Andei de patroa em patroa, num percurso que durou 15 anos. Não consegui vencer esta guerra, perdi (KASEMBE e CHIZIANE, 2008, p. 24).

A compreensão mais profunda de sua experiência, como podemos ver nesse relato, permite às autoras-narradoras reinterpretar o passado, indo além da memória do trauma, até perceberem que as violências que enfrentam são marcadas por sua condição de gênero, à qual se somam também aspectos de raça e de classe, fortemente enraizados em sua formação como mulheres. A paz conquistada no país representa, pois, para essas mulheres, um novo momento de luta, pela afirmação de valores que até então desconheciam, ou viam de forma muito tênue e precária, como percebemos no seguinte depoimento: “Agora que a paz chegou marido quer te bater? Quer te mandar parece tua mãe que te nasceu ou mesmo teu dono que te comprou? Eu BM vou dizer a verdade, esta paz veio também para as mulheres” (KASEMBE e CHIZIANE, 2008, p. 35).

A construção da paz, portanto, para essas ‘heroínas sem nome’, toma forma no discurso através do qual articulam sua vida privada ao mundo público de que passam a efetivamente a fazer parte. Assim, através de seus relatos, as mulheres assumem sua experiência traumática da guerra como motivo de aprendizagem de um novo modo de se colocar no mundo, público e masculino, onde a política exerce papel determinante:

Em tempos de guerra nós mulheres fomos importantes, os homens reconheciam o nosso valor. Por isso nos treinavam, vestiam a farda e davam a arma, levavam-nos às frentes de combate. Nessa altura, ninguém via que éramos mulheres. Pena é que esse mérito não seja reconhecido neste momento de paz. Muitas vezes os que comandam aproveitam-se dos nossos feitos para enaltecer outros nomes. Mas agora que a guerra terminou os homens remetem-nos, de novo, ao silêncio das nossas cozinhas. Se no processo da guerra nós mostramos a nossa valentia, porque é que hoje dificultam a nossa integração tanto na vida pública como na política? (KASEMBE e CHIZIANE, 2008, p. 20).

Da reflexão sobre o passado – e especialmente da experiência vivida na guerra - resultam suas demandas concretas, por um novo modo de inserção na vida pública e comunitária:

Nós, as mulheres, apesar de termos participado na guerra pela libertação de Angola, ainda não temos o devido reconhecimento. Enquanto a guerra existia nós éramos úteis e nos tratavam como iguais, mas agora que a guerra terminou, dificilmente somos chamadas a exercer qualquer cargo de direção, ao lado dos homens (KASEMBE e CHIZIANE, 2008, p. 41).

Retomando aqui o conceito de *poética de memória*, que utilizei anteriormente a partir de Lúcia Helena Vianna, alcançamos sua dimensão coletiva e sua natureza política, como se pode entender a partir das ponderações dessa autora:

Penso que por poética feminista se deva entender toda discursividade produzida pelo sujeito feminino que, assumidamente ou não, contribua para o desenvolvimento e a manifestação da consciência feminista, consciência esta que é sem dúvida de natureza política (...), já que consigna para as mulheres a possibilidade de construir um conhecimento sobre si mesmas e sobre os outros, conhecimento de sua subjetividade, voltada esta para o compromisso estabelecido com a linguagem em relação ao papel afirmativo do gênero feminino em suas intervenções no mundo público. (...) Poética feminista é poética empenhada, é discurso interessado. É política (VIANNA, 2003).

Podemos, portanto, compreender os relatos que compõem *O livro da paz da mulher angolana* como práticas poéticas e políticas de memória, estratégias discursivas de auto-representação e transformação dos sujeitos femininos que participam do processo coletivo de sua elaboração.

Desse modo, as diásporas vividas por essas mulheres podem ser interpretadas por nós não apenas como deslocamentos geográficos, mas, sobretudo, como processos de desestabilização de identidades de gênero, como transposição de fronteiras subjetivas e construção de novas paisagens políticas. Lembrando um dos pontos de partida desta reflexão, quando defendi a inserção dos países africanos e suas culturas no mapa das relações globais contemporâneas, podemos considerar as autoras-narradoras do livro como novos sujeitos diaspóricos, identidades em movimento, questionando antigos pertencimentos e noções que até então definiam seu contorno. Personagens sobretudo femininas, como afirma Sandra Almeida, “que habitam territórios liminares, espaços de movência, deslocamentos e desenraizamentos” (ALMEIDA, 2008, p. 11). É ainda Sandra Almeida que nos propõe perguntarmo-nos, diante de textos dessa natureza que dialogam com movimentos globais e cosmopolitas,

(...) de que forma esses novos conceitos da contemporaneidade são apresentados e descritos nos textos narrativos e discursivos dessas escritoras e como contribuem para fomentar o que Bruce Robbins denomina de um ‘domínio de políticas contestatórias’, que dá forma a seus discursos” (ALMEIDA, 2008, p. 13).



Os relatos das “heroínas sem nome” podem efetivamente ser interpretados como práticas políticas de contestação. Ao observar seus depoimentos nessa perspectiva, nossa discussão se aproxima de outra autora: Rosi Braidotti (2002), cuja obra teórica traz importantes contribuições para a discussão dos sujeitos contemporâneos segundo uma ótica feminista. Ao discutir as subjetividades nômades que, segundo ela, protagonizam um novo cenário de desconstrução permanente do falocentrismo europeu, Braidotti evoca a poetisa ganesa Abena Busia, que diz: “nós podemos ir a qualquer lugar, menos para casa” (WEKKER, 1994, apud BRAIDOTTI, 2003, p. 12).

Como interpretar esta frase no contexto do *Livro da paz da mulher angolana*? Como se traduz aquilo que ela expressa junto à experiência de suas autoras-narradoras? Minha resposta é pensar que a casa, lugar de pertencimento à tradição, “local que nós precisamos re-trabalhar politicamente, construtivamente, e coletivamente”, como afirma Rosi Braidotti (2002, p.13), a casa invadida pelos bandos da guerra, destruída e violada, ainda que reconstruída em tempos de paz, nunca mais será a mesma. Assim também as mulheres que as habitaram, narradoras de sua memória como elaboração íntima e também pública, subalternas que começam a falar, de si mesmas e de todas em comum. Para essas mulheres, palavras como paz e guerra clamam por urgente revisitação, em busca de novos significados, que elas começam a vislumbrar.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sandra R. G. Narrativas cosmopolitas: a escritora contemporânea na aldeia global. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. UnB, Brasília, n. 32, p. 11-20, 2008.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre a filosofia da história. In: \_\_\_\_\_. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio D'água, 1992. p.157-170.
- BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, diversidade e subjetividade nômade. *Labrys*, estudos feministas, UnB, Brasília, n. 1-2, p. 1-16, jul-dez. 2002.
- BRANDÃO, Marcelo M. *A geração da distopia: representações da angolanidade na ficção contemporânea*. Tese de Doutorado defendida em abril de 2013, UFF, Niterói.
- DÁSKALOS, Maria Alexandre. *Jardim das delícias*. Lisboa: Caminho, 2003.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro; modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001.
- KASEMBE, Dya e CHIZIANE, Paulina (orgs.). *O livro da paz da mulher angolana*. Luanda: Nzila, 2008.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras- Dossiê Literatura, língua e identidade*, UFF, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: \_\_\_\_ (org.). *História, memória, literatura; o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2003.
- SEMEDO, Odete. *No fundo do canto*. Belo Horizonte: Nandyala, 2007.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Goulart Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TAVARES, Paula. *Dizes-me coisas amargas como os frutos*. Lisboa: Caminho, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A cabeça de Salomé*. Lisboa: Caminho, 2004.
- VIANNA, Lúcia Helena. Poética feminista – poética da memória. *Labrys: estudos feministas*, nº. 4. Brasília, ago.-dez. 2003.

Recebido em 18/10/2017. Aprovado em 12/12/2017

**Title:** *The war according to women: a feminist and postcolonial vision of Angola's narratives of war*

**Abstract:** *Taking as reference O livro da paz da mulher angolana, organized by Dya Kasembe and Paulina Chiziane, in which women's testimonies of Angola's wars from the 60s to the beginning of 2000 are gathered, this article aims to discuss the meaning of a 'poetics of memory', marked by a process of destabilization of gender identities, transpassing subjective boundaries and building new political landscapes.*

**Keywords:** *War. Women. Testimonies. Memory. Angola.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.